ATA Nº2

Mandato 2021-2025

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo na Sala de Imprensa do Casino Fundanense, sito na Praça do Município, Fundão, sob a presidência de Luís Miguel Dias Duarte de Oliveira e secretariada por Filomena Rosa da Silva Costa Hilário e por Inês Nogueira Marques. ----------

O senhor Presidente da Mesa, Luís Duarte Oliveira apresentou o pedido de substituição de Vítor Manuel dos Reis Borges Sousa Cunha que justificou atempadamente a sua ausência e foi substituído por Luís Fernando dos Santos Pereira. Verificada a presença de todos os membros, o senhor presidente declarou aberta a sessão com a Ordem de Trabalhos, que se anexa à presente ata. ----------

O Presidente da Mesa, Luís Oliveira, saudou todos membros presentes e pediu a colaboração de todos para que as reuniões decorressem de forma elevada, chamando também a atenção para que se respeitem os tempos de intervenção acordados com os representantes das bancadas. Agradeceu a cedência do espaço pelo Município para a realização desta sessão em condições de segurança e também a presença da comunicação social. Prestou a informação que a Mesa da Assembleia tinha previamente solicitado aos representantes das bancadas para reunir no passado dia treze de dezembro para elaborar a proposta do Regimento da Assembleia de Freguesia que seria presente a votação. Prestou também informação sobre alguma documentação que foi distribuída aos membros da Assembleia, nomeadamente impressos, regras de funcionamento e proteção de dados pessoais. Deu depois seguimento a um pedido do senhor Presidente da Junta, que solicitou a introdução de mais um ponto na Ordem de Trabalhos desta sessão, a saber – Ponto II.7 – Autorização para outorgar escrituras, passando de seguida a palavra ao Presidente do Executivo que explicou o lapso por esquecimento de não ter incluído este ponto na Ordem de Trabalhos. Afirmou que esta autorização tinha sido previamente aprovada em reunião de executivo. Seguiu-se a votação deste pedido que foi aprovado por

unanimidade. ----------

Prosseguiu com a solicitação aos membros no sentido de se efetuar a votação da aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia previamente, para que já estivesse a vigorar na gestão dos trabalhos. Não foi presente qualquer oposição, pelo que de seguida fez a apresentação do documento. Deu conhecimento da definição dos tempos de intervenção e de uma proposta apresentada por Isaura Reis e António João que consta no Regimento, no sentido de ser utilizado o correio eletrónico para envio das convocatórias desta Assembleia, para além do envio em formato de papel por correio registado. Ficou de ser avaliada futuramente uma proposta da CDU, para a possibilidade de se criar Comissões de acompanhamento aos trabalhos. ----------

Usou a palavra Isaura Reis para falar sobre a metodologia que tinha levado à elaboração do Regimento, afirmando que a CDU considerava bem-sucedidos os trabalhos desenvolvidos e traduziam um consenso positivo na vida democrática da Freguesia, considerando-o um bom exemplo de colaboração entre membros autárquicos. Recomendou a aplicação do mesmo método noutras matérias. Sobre a intenção de voto na aprovação do Regimento, e pese embora, houvesse duas ou três questões a merecer esclarecimento jurídico adicional que seriam futuramente tratadas, declarou o voto favorável da CDU à proposta de Regimento. ----------

Seguidamente, o Presidente da Mesa, Luís Oliveira, solicitou a entrega por escrito à Mesa das intervenções apresentadas pelos membros no decurso da Assembleia. ----------

Passou-se de seguida à votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2021-2025, o qual foi aprovado por unanimidade. ----------

Antes da aprovação da ata da anterior sessão, Helena Moreira assinalou algumas discrepâncias entre o que tinha sido dito e o que se encontrava transcrito em ata, nomeadamente sobre uma declaração que não constava proferida por Vítor Cunha e também o resumo, demasiado sucinto na sua opinião, da intervenção do Presidente da Junta. A este propósito Isaura Reis, no uso da palavra, lembrou que as atas visavam sumariar as decisões tomadas em Assembleia e que os membros tinham direito a fazer uma nova redação da ata, se a mesma não correspondesse àquilo que tinham declarado. Acrescentou que, as intervenções feitas na primeira reunião, não tinham conteúdo deliberativo e as saudações podiam ser escritas e entregues à Mesa. O Presidente da Mesa afirmou, a este propósito, que aceitaria as objeções apresentadas, lembrando, no entanto, que a referida sessão não tinha expressa uma Ordem de Trabalhos visto tratar-se da primeira

reunião de instalação do órgão. Como tal, não tinham sido detalhadas as mesmas intervenções. Em seguida, colocou a ata a votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
Passou-se ao Ponto I – Período de Antes da Ordem do Dia, em que foi presente a Informação Escrita do Presidente da Junta, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Isaura Reis deixou a sugestão deste documento não ser tão sumariado visto que uma das competências deste órgão era a de acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia. Acrescia que a vastidão do território necessitava de indicação localizada bem como a distribuição de apoios concedidos às coletividades de toda a freguesia. Pediu igualmente para ser incluído o período a que reportava a informação apresentada. Francisco Gonçalves concordou com o que tinha sido declarado anteriormente e reiterou a necessidade de serem detalhados os trabalhos por freguesia para melhor acompanhamento. O Presidente da Junta respondeu que estava a ser desenvolvida uma aplicação informática que visava concentrar a informação relativa aos trabalhos de campo e demais serviços prestados pela autarquia pelo que, futuramente, poderia prestar informações com mais detalhe. De seguida, o Presidente da Mesa abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia sobre Assuntos de Interesse da Freguesia. Francisco Gonçalves indagou o Senhor Presidente da Junta sobre o fato de não haver nenhum elemento de Valverde no Executivo, sendo uma das freguesias com maior número de eleitores e tendo a lista Sentir Fundão que integrava, sido a mais votada, seguida da lista DAR. Questionou se o senhor Jorge Craveiro fazia parte do Executivo e relativamente a obras na freguesia indagou se as obras do Loteamento Rosales e Boavista estavam consignadas, visto terem sido adjudicados com uma verba de cinquenta e cinco mil euros com comparticipação de cinquenta mil euros por parte da Câmara Municipal. Relembrou a deliberação tida no mandato anterior sobre a atribuição do nome à Estrada Municipal que ainda não estava atribuída contrapondo com a rápida colocação de uma placa toponímica numa via em Aldeia de Joanes. Questionou também sobre a colocação de placas de identificação de ruas das freguesias devido a problemas com a entrega de correio e expos ainda a existência, há mais de um ano, de um muro em Valverde em perigo de ruir. Perguntou também se o espelho partido no Caminho do Barreiro já se encontrava colocado. Alertou de seguida sobre a construção de um poço desnivelado com o terreno da Estrada nova. Continuou indagando se já se encontrava assinado o protocolo de cedência do antigo edifício da Junta das Donas ao Centro Paroquial e de seguida perguntou sobre

o valor da renda de aluguer da casa para instalação dos serviços da Junta nas Donas. Ainda sobre esta localidade, questionou se estava terminada a reparação da paragem de autocarros. De seguida informou os membros que existiam manilhas a escoar água para a estrada na zona de Santa Menina nas Donas e questionou o senhor Presidente sobre este assunto. Por último, disse ter sido recebida em julho uma reclamação sobre o mau estado de conservação do Caminho dos Barreiros, em Aldeia Nova do Cabo, e perguntou sobre a sua reparação. De seguida tomou a palavra Isaura Reis, em que fez uma intervenção com o título "Direito à Informação" baseada no documento que se junta à presente ata - Anexo 1. Entregou também à Mesa da Assembleia um requerimento sobre a saúde oral no Centro de Saúde do Fundão, solicitando ao Presidente da Mesa o favor de diligenciar junto da administração da ACES Cova da Beira, no sentido de saber para quando o início das consultas de saúde oral no Centro de Saúde do Fundão. Natália Camba interveio no sentido de questionar o senhor Presidente da Junta sobre a reparação do Caminho dos Barreiros em Aldeia Nova do Cabo e pediu para se deslocar ao local para verificar o mau estado de conservação do mesmo. O Presidente da Mesa anuiu sobre a diligência junto do órgão de administração de saúde e chamou de novo a atenção dos presentes na gestão do uso dos tempos de intervenção declarando: "…esgotados os quatro minutos terão de fazer uso do tempo de outros membros da bancada". De seguida deu a palavra ao Presidente da Junta tendo o mesmo respondido a todas as questões colocadas, a saber, sobre a representatividade de Valverde no órgão do executivo fará parte um membro nos dois últimos anos do mandato junto com o representante de Aldeia Nova do Cabo e nos dois primeiros anos um representante de Aldeia de Joanes e outro das Donas. Sobre a posição de Jorge Craveiro declarou ser um membro ativo e colaborante com a Junta, de igual modo como qualquer outro membro podia alertar e sugerir nas diversas situações. Sobre a obra no Loteamento Rosales e Boavista disse que tinha um prazo para ser executada e aguardava a transferência da verba por parte da Câmara Municipal. Relativo à colocação da placa na Estrada Municipal não tinha ainda sido atribuído pela Comissão de Toponímia que tinha ficado de dar uma outra sugestão. Quanto ao muro da Escola de Valverde, deu conta do valor da obra de vinte e cinco mil euros e a execução era para ser feita pelo Município. Quanto à nova Estrada, o nome deliberado em reunião de Executivo a atribuir tinha sido presente à reunião de Toponímia e não tinha sido aceite, tendo ficado de propor um novo nome. Relativo ao espelho partido no Caminho do Barreiro tinha sido identificado a situação

que levou à sua danificação e, em vez de colocarem um novo sujeito a suceder o mesmo novamente, tentavam encontrar uma solução mais duradoura para aquele local. Agradeceu a identificação do problema com a construção desnivelada do poço em relação à nova Estrada e disse que iria chamar a atenção do Município sobre este assunto. Relativo ao protocolo com o Centro Paroquial das Donas declarou que estava redigido faltando a recolha da assinatura do responsável da Direção do Centro. Apresentou de seguida o valor da renda mensal com o espaço que irá albergar os serviços administrativos da Junta nas Donas, no valor de duzentos e cinquenta euros. Quanto à obra de reparação da paragem de autocarros disse que se prendia com o recebimento da indemnização por parte da companhia de seguros e estava para muito breve a sua conclusão. Quanto ao escoamento de águas para a via na zona de Santa Menina, Donas, tinha estado no local com agentes da Guarda Nacional Republicana que tomaram nota do assunto e relativo ao Caminho dos Barreiros em Aldeia Nova do Cabo a empreitada tinha decorrido no mês de junho e a sua execução teria de ser posterior. Reportando-se de seguida à intervenção sobre o direito à informação falou sobre a proteção de dados e a aplicação dessas regras nas plataformas informáticas. Acrescentou que estava a trabalhar no sentido de melhorar a aplicação informática existente para que a informação da Junta pudesse estar acessível. Disse também que em termos de pessoal não havia técnicos na Junta capacitados para este trabalho e que a falta de verbas dificultava esta solução. Dirigindo-se à senhora Natália Camba, disse que iria deslocar-se ao local para verificar o estado do caminho, acrescentando que já tinha sido feito o concurso para a intervenção no Caminho dos Barreiros em Aldeia Nova do Cabo, no valor de sessenta mil euros e o mesmo seria executado no ano 2022. Ainda sobre este assunto prestou informação que o saneamento neste caminho passaria a cerca de cinquenta metros das habitações por não ter havido autorização por parte de moradores para passagem da conduta. De seguida pediu a palavra André Amoreira, começando por cumprimentar todos os presentes desejando boas festas. Explanou sobre a inexistência de colocação placas de toponímia nos caminhos da freguesia durante os mandatos anteriores o que muito dificultava a entrega de correio e reiterou a intervenção de Francisco Gonçalves sobre a apresentação de nomes para a via identificada. Deu conta que o caminho que dava acesso à pedreira de Joaquim Bartolomeu estava em muito mau estado, aludiu, também, sobre a intervenção do membro Jorge Craveiro junto do executivo, dizendo que qualquer cidadão podia dar ordens ao Presidente da Junta. Após uma interpelação

mais sarcástica houve intervenção por parte do Presidente da Mesa lembrando que era exigido a este órgão elevação, não se fazendo uso deste tipo de linguagem, acrescentando que a Mesa não iria autorizar interpelações deste género. Francisco Gonçalves insistiu na pergunta ao senhor Presidente da Junta sobre o membro Jorge Craveiro se ordenava ações em Valverde, acrescentando que se tinham passado casos graves naquela localidade e não tinham sido presentes à Assembleia. Deu conta que tinha exposto o assunto nas redes sociais. Sobre a atribuição do nome da estrada da "REN" não ter sido aceite declarou que não tinha que ver com a Comissão de Toponímia, mas com a não aceitação por parte de uma pessoa. O Presidente da Junta deu novamente resposta às questões apresentadas. Em primeiro lugar, disse que iriam trabalhar com os CTT quanto à entrega do correio, bem como registava os nomes apresentados. Em resposta ao senhor Francisco Gonçalves declarou que tinha cometido um lapso dizendo que o nome do caminho tinha sido presente à Comissão de Toponímia, sendo que falou com a pessoa a que o senhor Francisco aludiu e a mesma lhe tinha respondido que não aceitava o nome proposto, não chegando sequer a ser presente à Comissão de Toponímia. Relativo ao caminho do Barreiro reiterou o que tinha dito anteriormente. E quanto ao senhor Jorge Craveiro disse que neste momento não tinha poderes no Executivo e teria daqui a dois anos. Jorge Craveiro, visto por diversas vezes o seu nome ter sido referido nesta Assembleia, usou da palavra para declarar que o senhor Presidente da Assembleia podia contar com ele na elevação deste órgão. Dirigindo-se ao senhor Francisco Gonçalves disse que os assuntos não deviam ser tratados nas redes sociais. E, sobre a eleição dos membros do Executivo, competia ao Presidente da Junta decidir, sendo que o seu objetivo era que Valverde não ficasse descurado e estava atento e faria intervenções. Acrescentou ainda que, não havendo representação de Valverde no órgão executivo, tinha ficado decidido que seria ele o elemento de ligação e colaboraria mesmo sem receber recompensa monetária, sendo as decisões tomadas pelo senhor Presidente da Junta. ----------

Ponto II – Período da Ordem do Dia ----------

Ponto II.1. – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia – quadriénio 2021/2025 – já votado anteriormente passou-se de seguida ao ponto seguinte. ----------

Ponto II.2 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão Orçamental para o ano financeiro 2021. ---------

Ponto II.3 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento 2021 -------

Ponto II.4 – Apreciação e votação da alteração tabela de taxas e licenças ----------

Ponto II.5 – Apreciação e votação do Orçamento e Quadro de Pessoal para o ano financeiro 2022

Ponto II.6 – Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimento 2022 ----------

O Presidente da Junta referiu a introdução do saldo da gerência anterior no valor de €75.793,36 no orçamento juntamente com o valor de €50.000 que se prevê receber até trinta e um de dezembro, relativo ao protocolo entre a Junta e o Município para colocação do asfalto no Loteamento Sequeira, Rosales e Boavista em Valverde, razão pela qual se fazia a presente revisão. Explanou de seguida a diluição da receita introduzida no orçamento pelas rubricas de despesa e deu conta que se tinha arrecadado menos receita de Imposto Municipal sobre Imóveis e taxas, devido à pandemia da doença COVID-19, em que houve isenção de algumas taxas resultante da inatividade empresarial e do confinamento geral e também pelo encerramento dos Jardins de Infância. Tinha havido acréscimo de receita por via da assinatura de um novo protocolo com a ANAFRE e os CTT passando a Junta a receber €1.400 com os postos de Aldeia Nova do Cabo e Valverde. Face a isto, disse que a Junta de Freguesia ainda conseguia fazer investimento sem receber receitas de capital, transferindo verbas de receita corrente para capital, fato que revelava uma boa gestão. Quanto ao Plano Plurianual de Investimento refletia o acompanhamento das verbas já retificadas no Orçamento. ----------

O Presidente da Mesa anunciou que a proposta seria colocada a votação junto com o ponto seguinte, tendo esclarecido que ambos os documentos estavam relacionados. Helena Moreira referiu que a presente revisão orçamental deveria ter sido presente à Assembleia do passado mês de julho, última reunião da Assembleia de Freguesia do mandato anterior, visto que a lista que compunha o anterior executivo foi de novo eleita, mas tal poderia não ter acontecido. Solicitou esclarecimento sobre a discrepância entre a diminuição da despesa com pessoal em cerca de €38.000 e o aumento da despesa com segurança social em €14.000 e pediu também justificação relativa ao aumento dos custos com material de escritório e publicidade no valor de €4.000 e €5.900 respetivamente. ----------

Francisco Gonçalves mencionou que havia rúbricas em orçamento que não foram aprovadas pelo executivo e estavam a ser pagas, solicitando esclarecimento. ----------

Isaura Reis solicitou previamente, ao senhor Presidente da Mesa, a possibilidade de exceder a sua intervenção além do tempo, pois faria uma só intervenção para os dois pontos em análise, considerando que deviam ser analisados globalmente. Iniciou declarando não ser contra, por

princípio, às alterações e revisões orçamentais, tratando-se de uma prática de gestão corrente, mas declarou ser contra uma revisão orçamental a poucos dias do fim do ano, não havendo tempo para gastar a verba autorizada que seria aprovada pela Assembleia. Prosseguiu dizendo que a revisão não cumpria o legalmente recomendado e não era uma prática de boa gestão, pois a incorporação do saldo da gerência anterior deve ocorrer na sessão da Assembleia do mês de abril, aquando da aprovação dos documentos globais da prestação de contas. Acresce que o saldo da gerência anterior se tratava de um valor global que é introduzido e altera a dotação final dos orçamentos previsionais, sendo um caso que carece de autorização da Assembleia, bem como as rubricas que estavam sem dotação e são introduzidas com dotação para permitir cabimentar despesa. Disse também que não era a primeira vez que esta situação ocorria e se trava de uma prática repetida e devia ser interrompida. Finalmente, declarou, que a tratar-se de uma revisão, a lei enuncia que o saldo da gerência devia ser incorporado em despesa de capital, fato que esta proposta não cumpria. Saudou a Junta por, mesmo sem verbas de capital, conseguir realizar despesa, considerando um ato de boa gestão, mas não era isso que estava a ser debatido no momento. Relativo à questão sobre o direito à informação em estarem disponibilizados todos os documentos do Executivo na página Web e sobre as justificações apresentadas, declarou que os funcionários podem ter formação para o efeito ou contratualizar com o fornecedor de software e hardware a inclusão de assistência técnica. Só havia possibilidades se houvesse vontade para as fazer, declarou. ----------

O presidente da mesa passou a palavra ao Presidente da Junta. O presidente da Junta respondeu que os valores relativos à publicidade tinham que ver com os materiais adquiridos para as mesas de voto e não se recordava quanto ao material de escritório, mas devia ter sido para algo necessário com certeza. Disse que teria de verificar junto da senhora Tesoureira. Ainda sobre aquisição de material, aproveitou para expor que a Junta necessitava com urgência de computadores ou de melhorar os existentes. Helena Moreira interveio que não tinha sido dado resposta à situação da Segurança Social, ao que o Presidente da Junta prosseguiu esclarecendo que os salários não tinham diminuído, mas podia ter-se retirado a verba dessa rúbrica temporariamente e, com o ajuste do saldo, ser agora reposto. Ao membro Isaura Reis declarou que a tramitação do saldo da gerência anterior só tinha ocorrido há quatro anos atrás e, deu o exemplo da Assembleia Municipal, onde era também presente esta situação na última sessão do

ano, afirmando que a lei não anunciava que tinha de ser presente em abril. Em relação à disponibilização pública dos documentos na página Web da Junta, declarou que, por via da retórica todos temos vontade, e que obviamente o objetivo da Junta era alinhar-se cada vez mais em prol das populações. Por último, afirmou a soberania do voto da Assembleia, mas teria de anunciar que se votassem contra a revisão orçamental não iriam efetuar nem mais um pagamento a fornecedores, comprometendo a liquidação de toda a faturação no final do ano não transitando pagamentos para o ano seguinte. Francisco Gonçalves pediu ao Presidente para não incomodar a senhora Tesoureira à data, uma vez que tinha sido o senhor Presidente o tesoureiro ao longo destes anos, pedindo também para não ir mais fundo nesta questão. O Presidente da Mesa, afirmou que a sua intervenção fora da Mesa da Assembleia não se iria repetir muitas vezes, mas considerou importante o seu contributo nesta altura, esclarecendo que a reunião de assembleia do mês abril, da legislatura anterior, não se tinha realizado em virtude das medidas sanitárias, e que em julho decorreu uma sessão à distância, que na sua opinião, desvirtuava o debate político e assim, empurrou para a frente a apresentação dos documentos. Anuiu quanto à sessão mais conveniente para tratar deste assunto ser em abril ou junho e por último, disse que, para fazer face a compromissos com fornecedores a aprovação dos documentos era uma decisão lógica a ser tomada. Isaura Reis reiterou a importância de fazer incidir o momento da prestação de contas com o momento da revisão e lembrou que sempre havia possibilidade de agendar assembleias extraordinárias. Helena Moreira considerou uma forma de pressão incidir o pagamento a fornecedores e funcionários com a aprovação do documento e reiterou o que tinha dito anteriormente sobre a prestação de contas que deveria ter ocorrido no final do mandato. O Presidente da Mesa esclareceu que se as suas palavras tinham levado a tal interpretação pedia desculpa e tinha-se limitado a alertar os membros da assembleia para esse fato, cabendo ao Executivo a gestão desse processo. Salvaguardava, no entanto, que iria ficar expresso em Tribunal de Contas, a indicação dos nomes quanto à posição de voto, cabendo a cada um assumir as suas decisões. Helena Moreira registou que tinha havido duas assembleias extraordinárias, uma em julho e outra em agosto, para aprovação e votação das atas que estavam em falta por parte da Mesa da Assembleia e podia ter-se tratado deste assunto também nessa altura. O Presidente da Mesa esclareceu que a aprovação das atas era o ponto único na ordem de trabalhos e não podia ser tratado um assunto para o qual não tinham sido convocados os membros. Isaura Reis referiu,

ainda, que em matéria de despesa com pessoal a retificação apresentada diminuía os valores, pelo que a votação não colocava em causa os salários a pagar. Tomou a palavra Luís Pereira, que começou por agradecer a eleição para este órgão. Lembrou de seguida que tinha havido um acordo desta Assembleia para viabilizar o Executivo da Junta que não devia ter problemas em viabilizar a revisão ao documento proposto e ao Orçamento, ou teriam? Deixou a pergunta de retórica. O Presidente da Junta referiu estar tranquilo quanto à aprovação do documento e informou que tinham capacidade de efetuar pagamentos até ao valor do saldo transitado até ao final do ano, só precisavam de autorização para pagar gastos do saldo transitado do ano anterior para o atual. As propostas foram colocadas a votação: ----------

Ponto II.2 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão Orçamental para o ano financeiro 2021 foi aprovado por maioria, com voto de qualidade do presidente da Mesa da Assembleia, com seis votos a favor, seis votos contra e uma abstenção. Votos contra – quatro da Sentir Fundão, um voto pelo Juntos pela Mudança, um voto da CDU; Abstenção – um voto pelo Juntos pela Mudança. ----------

O Ponto II.3 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento 2021 foi aprovado por maioria, com voto de qualidade do presidente da Mesa da Assembleia, com seis votos a favor, seis votos contra e uma abstenção. Votos contra – quatro da Sentir Fundão, um voto pelo Juntos pela Mudança, um voto da CDU; Abstenção – um voto pelo Juntos pela Mudança. Seguiu-se a aprovação das respetivas atas por minuta dos dois documentos a qual foi aprovada por unanimidade. ----------

Ponto II.4 – Apreciação e votação da alteração da Tabela de Taxas e Licenças Ponto único 2.1 ----

Relativamente à abertura de sepulturas o Presidente da Junta apresentou as quatro rubricas da Tabela de Taxas e Licenças a alterar, Atestados de transporte de €5 para €10, visto as empresas de transporte usarem este atestado de forma abusiva; Atestados nome de rua de €10 para €20; Abertura de sepulturas de €150 para €200 por aumento da empresa que executa o trabalho a partir de janeiro próximo e Transladação de ossadas fora da Freguesia de €300 para €400. Francisco Gonçalves perguntou se a Junta ia manter as restantes taxas sem alteração e que deviam também ser presentes as taxas de canídeos e taxas com publicidades. Apresentou os valores concretos cobrados pela empresa que executa os trabalhos nos cemitérios, demonstrando haver uma margem de ganho, não justificando o aumento. Quanto à colocação e

retirada de pedras tumulares disse que a taxa não estava expressa em tabela Isaura Reis referiu que tinha solicitado à Junta o envio da tabela de taxas e licenças para além do papel que tinha sido enviado, com as quatro taxas a alterar, mas não tinha recebido o documento o que tornou difícil a análise de um documento apenas parcialmente, pelo que tinha feito uma avaliação dos valores praticados nestas rubricas em três outras freguesias, a saber, Castelo Branco, Viseu e no sul Beja. A conclusão era que os preços a praticar na União de Freguesia do Fundão, com esta aprovação, eram os mais elevados, ultrapassando mesmo os valores praticados pela capital de distrito e nalguns casos, havendo um aumento de cem por cento. Era a favor do aumento das taxas, mas gradual e acompanhando o poder de compra para não haver grandes impactos. Questionou também se havia algum mecanismo que previsse a isenção e/ou redução de taxas, quando os requerentes fossem considerados comprovadamente, com fracos recursos. Luís Pereira disse estar de acordo com o que tinha sido proferido anteriormente e lembrou que no acordo autárquico estava prevista a isenção com taxas de canídeos. Helena Moreira proferiu que o documento fosse presente numa próxima assembleia ficando este sem efeito. O Presidente da Junta referiu que relativamente ao assunto em discussão disse que havia disponibilidade para verificar detalhadamente o documento e que iria voltar à assembleia depois de melhorado, retirando parcialmente a proposta, mas relativamente ao ponto 2.1 Abertura de sepulturas, afirmou que era muito relevante o custo com a atualização em janeiro próximo, solicitando que pudesse ser votado apenas este ponto. O Presidente da Mesa, com a proposta do Executivo de retirar da votação o documento integral, deu seguimento à votação do ponto único. Foi colocado a votação o Ponto 2.1 da Tabela de Taxas e Licenças que foi reprovado, com sete votos contra. Os votos contra foram: quatro da Sentir Fundão, dois do Juntos pela Mudança e um voto pela CDU. ----------

Ponto II.5 – Apreciação e votação do Orçamento e Quadro de Pessoal para o ano financeiro 2022

O Presidente da Junta apresentou o orçamento, com o valor global igual ao do ano anterior, €760.000. Não foi contemplado aumento do Fundo Financeiro para as Freguesia uma vez que o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado, assim como o aumento por parte do Município. Informou que algumas rubricas terão maior dotação, em relação ao ano passado, como será o caso das taxas de ocupação da via pública e canídeos e haverá uma redução da receita dos atestados com pensionistas estrangeiros, autenticação de fotocópias e atestados para não

eleitores da freguesia. Quanto às receitas de capital, disse que a Junta não recebe qualquer verba referente a investimento e que continuariam a tentar transitar despesa corrente para capital para realizar investimentos próprios. Relativo ao capítulo com Pessoal e em virtude do aumento com o Serviço Nacional de Saúde disse ter feito um ajuste no valor de €16.900 e, relativo ao capítulo com Aquisição de Bens e Serviços o ajuste de €11.390. Acrescentou que neste capítulo estavam também incluídas as despesas com combustíveis e devido ao aumento previsto, poderá haver aumento por parte da despesa. Por último, apelou à Assembleia, na pessoa do Presidente da Mesa, para uma ação conjunta sobre os partidos políticos, Ministro das Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Associação Nacional de Municípios e ANAFRE para a necessidade de haver aumento da verba do Orçamento Geral do Estado, que propósito que, no ano passado, foi apenas de €8.000 e o aumento da despesa com o serviço nacional de saúde foi de €16.000. Terminou falando sobre a importância em fazer investimentos, mas com uma verba tão diminuta, tem de escolher entre cultura ou pagar salários e fornecedores. Francisco Gonçalves elencou as verbas referentes a pagamentos obrigatórios expressas em orçamento, que subtraídas ao valor do global, sobravam €7.900 para obras em cada freguesia. Este orçamento, disse, tinha prometido muito, mas que era uma mão cheia de nada e indagou o senhor Presidente sobre as obras previstas para Valverde. Isaura Reis declarou que com os recursos que a Junta tinha não havia margem de manobra, e sendo também o formato dos orçamentos rígido, se iria opor à aprovação do Orçamento. Acrescentou que, devia continuar a ser incrementada a poupança, concordando que as verbas recebidas são manifestamente poucas e já tinha começado a trabalhar para apresentar em próxima Assembleia uma demonstração sobre a discrepância na atribuição de recursos pelas freguesias que tinham sido agregadas e pelas não agregadas, para que possam ter uma voz reivindicativa e gerar recursos para serem investidos na freguesia. ----------

O Presidente da Junta, reportando-se à última intervenção de Isaura Reis, declarou que respondia à questão colocada por Francisco Gonçalves, acrescentando que, se estivesse do lado da bancada estaria com a mesma coerência com que tinha aprovado o orçamento no ano passado. ----------

Isaura Reis apresentou uma declaração de voto, que se junta à presente ata com o Anexo 2. Anunciou que a proposta do Quadro de Pessoal não merecia a sua concordância e como os documentos estavam ligados, não batia certo com o próprio Orçamento. Acrescentou que não

podia votar favoravelmente nestes documentos que estão neste ponto e eram incongruentes um com o outro. ----------

A proposta foi colocada a votação. O Orçamento e Quadro de Pessoal para o ano financeiro 2022 foi aprovado por maioria, com sete votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra. Votos contra – quatro votos do Sentir Fundão e um do Juntos pela Mudança; e um voto de abstenção da CDU. ----------

Ponto II.6 – Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimento 2022 ----------

O Presidente da Junta apresentou as obras previstas e elencadas no Plano, fazendo a leitura do documento. O mesmo faz parte dos documentos presentes em Assembleia e junta-se à ata. Terminou, dizendo, que este era o compromisso a que se propunha e que a Junta pretendia a colaboração com o Município para fazer face a estas e outras obras que iriam surgir no decurso dos quatro anos. ----------

Luís Pereira fez uma intervenção sobre o acordo autárquico estabelecido entre a lista DAR liderada por Manuel Malícia Trindade e o movimento Juntos Pela Mudança liderado por João Salvado, que tinha assegurado a partilha da composição do Executivo da Junta, e no qual foram aceites medidas para futura concretização que terão sido fulcrais para alcançar o acordo. Nenhuma delas se encontrava expressa no Plano Plurianual de Investimento, pelo que, o movimento Sentir Fundão iria votar contra este documento. Considerou que estava em causa a viabilidade e sustentabilidade do dito acordo, e que tal gerava desconfiança em quem tinha confiado o seu voto. O documento foi presente à Mesa e junta-se à presente ata com o Anexo 3. Isaura Reis considerou difícil a análise de um documento onde todas as iniciativas tinham a indicação de "construção diversa", tornando-o pouco claro para acompanhamento por parte da Assembleia. Francisco Gonçalves referiu que não tinha sido expressa a obra de construção do passeio que vai da rotunda até à nova variante no Plano e considerou que não via nenhuma obra nova. Helena Moreira, disse que se falava muito de arruamentos e viadutos e muito pouco das pessoas. Solicitou esclarecimentos em concreto sobre o que ia ser feito na área da ação social. Também questionou sobre algumas obras previstas para a localidade de Donas, nomeadamente, na rua do hotel "ao cimo do lugar" questionando onde começava a intervenção e se se tratava de calcetamento da via ou também previa o seu alargamento; falta de iluminação pública na entrada de Donas; sobre a Fonte de São Roque que se mantém a verter água para a via pública e

solicitou que fosse diligenciado junto do Município e da Fábrica da Igreja sobre o recebimento de verba já atribuída no valor de €10.000 para obras no Caminho de São Roque. Tomou a palavra o Presidente da Junta, respondendo ao membro Isaura Reis sobre a nomenclatura utilizada nos programas informáticos para os orçamentos e planos plurianuais, estes impunham seguir um modelo, nomeadamente com a introdução do SNC-AP Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas. Continuou sobre o passeio da rotunda, que iria ser feito, acrescentando que o importante era fazer as obras mesmo que não estivessem inscritas em documentos. Reportando-se à área da Ação Social lembrou a todos que a Junta, durante o período de pandemia, tinha feito máscaras e tinha estado na primeira linha. Relativamente à Rua da Enxertada, batizada atualmente de Rua do Hotel Serra da Gardunha nas Donas, será intervencionada e que sabia existir um acordo entre o Município e a Fábrica da Igreja relativo a São Roque e a Junta se posicionava também para fazer intervenções nas Donas. Luís Pereira, solicitou a palavra, solicitando resposta à sua intervenção sobre o acordo, questionando se tinha sido rasgado. O Presidente da Junta usou a palavra dizendo que o acordo não tinha que ver com a assembleia e não tinha de ser discutido neste órgão. Luís Pereira refutou, dizendo que o acordo era público e tinha sido um compromisso da DAR em assumir as obras que não estavam esplanadas no documento que agora estava a ser presente. O Presidente da Junta reiterou o que tinha dito anteriormente, sobre o acordo não ter de ser discutido na Assembleia. Francisco Gonçalves confirmou, que relativamente ao assunto em discussão, tinha havido compromisso por ambas as partes e não havia uma obra neste orçamento do movimento Juntos pela Mudança, concluindo que João Salvado só tinha que se demitir neste momento. O Presidente da Mesa interveio, solicitando que as intervenções se mantivessem sem entrarem em diálogo, dando o assunto por já respondido pelo Presidente da Junta. De seguida, declarou que o Quadro de Pessoal não tinha sido debatido pelo que, não faria parte da ata. Isaura Reis contestou esta decisão, perguntando ao senhor Presidente da Mesa, se ia censurar a sua declaração de voto relativa ao Quadro de Pessoal. O Presidente da Mesa reiterou que não faria sentido uma declaração sobre um assunto que não tinha sido apresentado na Assembleia e que os documentos apresentados à Mesa tinham que conter exatamente o que era lido. Isaura Reis considerou que não era razoável este pedido, uma vez que as declarações de voto decorriam do que estava a acontecer na própria Assembleia, considerando que se estava a pressionar o eleito

para fazer uma declaração por escrito naquele preciso momento. Acrescentou que tinha analisado os documentos previamente e tinha entregado à Mesa a sua declaração. Apelou à ponderação do Presidente da Mesa para ultrapassar esta situação. O Presidente da Mesa disse que iria avaliar aquilo que tinha sido a intervenção deste membro e haveriam de chegar a bom porto. João Salvado pediu a palavra em defesa de honra, dizendo que fazia das palavras do senhor Presidente da Junta as suas palavras e que ninguém tinha que ver com o acordo estabelecido. Tratava-se, acrescentou, de uma situação pessoal com o membro Francisco Gonçalves que queria a sua demissão. ----------

O Plano Plurianual de Investimento 2022, foi colocado a votação, sendo aprovado por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa, com seis votos a favor; uma abstenção do Juntos pela Mudança e seis votos contra, sendo quatro da Sentir Fundão, um voto do Juntos pela Mudança e um voto da CDU. ----------

Seguiu-se a aprovação da ata por minuta do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento, a qual foi aprovada por unanimidade. ----------

Ponto II.7 – Apreciação e votação para outorgar escrituras ----------

O Presidente da Junta referiu tratar-se de uma autorização, por parte da Assembleia, para a Junta proceder a aquisições, regularização de situações dando exemplo do Balcão da Freguesia, e aceitar doações, aquisições e bens imóveis a favor da Freguesia e que sejam benéficos para a autarquia. Francisco Gonçalves declarou que aceitar casas e terrenos eram assuntos que deviam vir à Assembleia. Luís Pereira considerou que estavam ali para defender o interesse da freguesia e dos fregueses e ao dar carta-branca podia toldar a avaliação dos interesses dos fregueses e de associações salvaguardando que não eram prejudicados, e como tal, considerou ser importante avaliar previamente e serem presentes à Assembleia de Freguesia. ----------

Jorge Craveiro desejou as boas festas a todos e usou a palavra para agradecer a cedência do espaço no edifício da Junta em Valverde para realizar mais de cem testes antigénios gratuitos à população. ----------

A proposta foi colocada a votação - Apreciação e votação para outorgar escrituras – tendo sido aprovada por maioria, com sete votos a favor; uma abstenção do Juntos pela Mudança e cinco votos contra, sendo quatro da Sentir Fundão e um voto do Juntos pela Mudança. ----------

Seguiu-se a aprovação da ata por minuta para outorgar escrituras, a qual foi aprovada por

unanimidade. Período de Intervenção do Público, não houve intervenção por parte do público e o Presidente da Mesa agradeceu a sua presença, desejando a todos e às suas famílias um bom Natal e bom Ano Novo. ----------

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia. ----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia

_____

(Luís Miguel Dias Duarte de Oliveira)

1º Secretário da Assembleia de Freguesia

_____

(Filomena Rosa da Silva Costa Hilário)

2º Secretário da Assembleia de Freguesia

_____

(Inês Nogueira Marques)